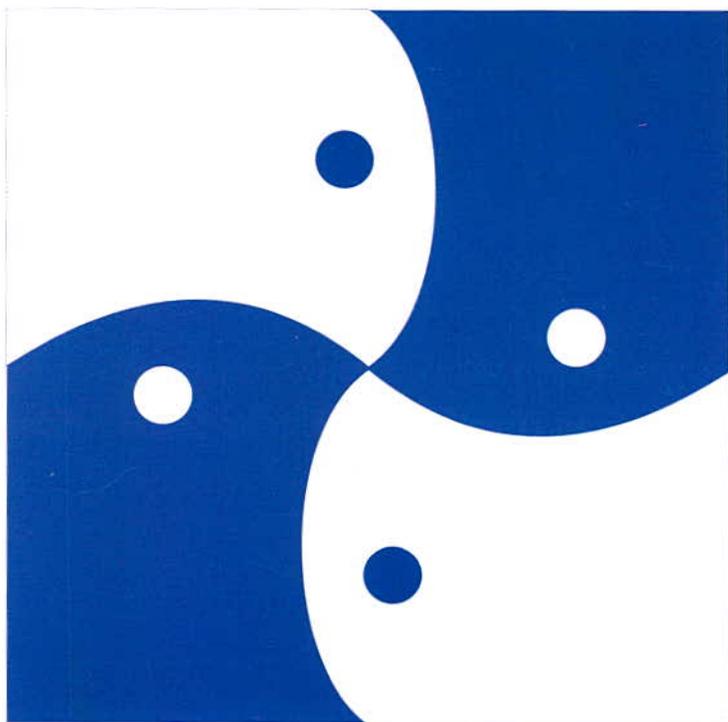


PIAPS



PLANO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA

Gabinete de Segurança Institucional
da Presidência da República

PIAPS

Plano de Prevenção da Violência Urbana

Brasília- DF

2002

Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Alberto Mendes Cardoso

Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS
José Alberto Cunha Couto

Palácio do Planalto - Praça dos Três Poderes
4º andar - Sala 130 - CEP: 70150-901
Telefones: (61) 411-2626/2428 Fax: (61) 411-2314
e-mail: paz@planalto.gov.br

Edição/Diagramação:

Elizena Rossy
Assessoria de Comunicação Social
ASCOM/PIAPS
Telefone: (61) 411-1369

Normalização Bibliográfica:
DILOG/Biblioteca PR

Impressão Centro Gráfico-ABIN
SPO Área 5 - Quadra 01 - Bloco U
CEP: 70.610-200
Brasília-DF

Brasil. Presidência da República.

PIAPS. Plano de Prevenção da Violência Urbana / Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. – Brasília, 2002.

28p.

1. Violência. 2. Prevenção. I. Título

CDD 307.76

CDU 351.76

SUMÁRIO

Introdução	05
Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS	09
Público-alvo e Áreas Prioritárias	13
Participação como valor e instrumento de eficiência	15
Metodologia	16
Estudo, Diagnóstico e Mobilização	17
Implantação propriamente dita	19
Acompanhamento, avaliação e retificação de rumos	20
Parcerias	21
Monitoramento e Avaliação	22
Comitê de Acompanhamento e Integração de Programas Sociais	23
Regiões Metropolitanas atendidas atualmente pelo PIAPS	25
Programas do Avança Brasil Parceiros do PIAPS	27
Contatos com o PIAPS	28

INTRODUÇÃO

Violência: Um desafio complexo para a sociedade

A violência não é um fenômeno social moderno nem contemporâneo. Ela está encravada na história da humanidade, desde os seus primórdios. As mais diversas interpretações sobre a nossa origem, tanto no Oriente quanto no Ocidente, referem-se a atos de violência que os homens e as mulheres teriam cometido entre si: com familiares, amigos, membros do mesmo grupo, estranhos, estrangeiros ou inimigos. Homicídios, guerras, torturas, perseguições e discriminações, as mais distintas, marcam a História de todos os povos e grupos étnicos. Os conflitos eram, então, normalmente resolvidos por meio da força, da agressão, da violência sobre o outro.

O processo civilizatório, que nos ergueu ao patamar em que nos encontramos hoje, consiste sobretudo na substituição da violência, como forma de resolver conflitos, por ações regulatórias e pelo auto-controle dos instintos e sentimentos de cada um de nós, para que a convivência social seja possível, agradável e profícua para todos.

A idéia de que a violência é inaceitável, e injustificável, é o resultado de um longo processo civilizatório, que nos alçou à modernidade: está ligada à representação social de que os homens são iguais e livres. É ela que nos faz repudiar a violência como um mal a ser reduzido, senão banido de nossa sociedade. Os seus efeitos negativos, e

brutalizadores, sempre se fazem sentir muito além de seu círculo imediato de ação, banalizando o mal, tornando as pessoas insensíveis.

No entanto, ao final do século XX, em quase todo o mundo, assistiu-se a um cres-

século. Particularmente a partir dos anos 1980, quando os tráficos de armas e de drogas se encontraram. Mas não foi apenas o crime organizado, que ocupa com destaque as manchetes de nossos meios de comunicação, que aumentou. Cresceram também as in-

cidências cotidianas de pequenos furtos, roubo à mão armada, homicídios por motivos relativamente bana-

nais. A violência urbana banalizou-se. Penetrou no cotidiano de cada um de nós, em especial nas grandes cidades. É hoje um mal que nos assusta e nos desafia.

Para combater um mal desta envergadura é necessá-



Fotos cedidas pelo Programa Comunidade Ativa

cimento desmesurado da violência, sobretudo daquela realizada no espaço urbano, no cotidiano da maioria de cada um de nós. E o Brasil não ficou ausente deste fenômeno. A violência urbana entre nós cresceu entre o final do século XX e o início do presente

rio conhecer as suas manifestações e causas. Na verdade, as teorias explicativas são diversas, mas insuficientes para revelar todos os mecanismos promotores e geradores da violência. Há teorias que remetem ao século XVIII, considerando os indivíduos naturalmente propensos à violência. Há as de origem psíquica, nas quais a violência é entendida como uma espécie de vingança ou o retorno daquilo que foi reprimido ou frustrado. Há também as teorias sociais – as mais conhecidas – que compreendem a pobreza como elemento gerador de violência bem como as teorias econômicas, que enxergam a desigualdade de oportunidades e de escolarização como causas estruturais da violência. Por fim, as teorias históricas, identificando nas origens do Brasil a formação de uma cultura de margi-

nalização do povo pelas elites, a apartação de segmentos sociais importantes no país. Primeiro os índios, em seguida os escravos e depois os trabalhadores rurais. Hoje, os pobres em geral, habitantes das periferias urbanas.

Sem entrar na discussão sobre as causas interna-

“Sem forte controle social, com socialização de valores insuficiente e forte apelo ao consumo, jovens são arrastados para ações marginais em busca de escapar da pobreza e ter acesso rápido e fácil aos bens materiais e simbólicos modernos”

cionais ou multinacionais, pode-se afirmar que aquelas mais responsáveis pela violência urbana no Brasil estão relacionadas a alguns fenôme-

nos sociais ocorridos entre os anos 1960/1990.

Nos últimos quarenta anos, o Brasil conheceu um acelerado fenômeno de urbanização, que resultou numa redução do controle social, grande desenvolvimento da escolaridade e dos meios de comunicação, produzindo uma maior percepção da desigualdade e, o crescimento de um sentimento de injustiça social no âmbito das camadas menos favorecidas.

Some-se a estes fatores o desenvolvimento da drogalização da sociedade, associado ao hedonismo, à supremacia do prazer imediato e a qualquer custo, e ao consumismo, este desejo insaciável de ter mais, que marca os homens no final do século XX. Sem forte controle social, com socialização de valores insuficiente e forte

apelo ao consumo, jovens são arrastados para ações marginais em busca de escapar da pobreza e ter acesso rápido e fácil aos bens materiais e simbólicos modernos, que a mesquinhez do mundo do trabalho lhes nega.

A união desses ingredientes criou um caldeirão favorável ao crescimento da violência urbana, particular-

“A violência urbana banalizou-se. Penetrou no cotidiano de cada um de nós”.

mente entre os jovens, agora sob menor controle social, com uma frágil socialização de valores e sob o fogo cruzado do hedonismo e do consumismo. Mas, sobretudo, com uma consciência cada vez maior da injustiça social que define a distribuição de bens em nossa sociedade.

Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS

Por sua complexidade e amplitude, o combate à violência urbana e, em particular, à criminalidade, não pode ser

“A ênfase do PIAPS se localiza na prevenção, no sentido de buscar interferir nas causas geradoras do fenômeno, e não apenas em suas conseqüências imediatas”

apenas uma tarefa dos governos. Para controlar este “mal de fim de século”, é preciso organizar todas as forças da sociedade, todos os agentes sociais, todas as organizações e todas as esferas de governo: federal, estaduais e municipais, e todos os poderes: executivo, legislativo e judiciário. Por outro lado, por sua reconhecida complexidade, com

suas múltiplas causas e conseqüências, somente uma ação que articule prevenção e repressão pode combater de forma efetiva a violência urbana. De um lado, no curto prazo, por meio de uma repressão inteligente, articulada e rápida, inibindo o crescimento da criminalidade; de outro lado, a médio e longo prazo, por meio da ação sobre as causas da violência, se possível, eliminando-as. Trata-se da ação de prevenção.

Por todas essas razões, embora não seja de sua alçada constitucional, o governo federal não poderia ficar omissos.

Assumiu o papel de um ator eficiente, pois, foi com o intuito de fortalecer e aperfeiçoar o sistema de segurança pública, integrando ações sociais contra a violência e de repressão contra a criminalidade, que o Governo Federal, em 20 de junho de

2000, lançou o Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP. Com suas duas vertentes: repressão e prevenção. A



parte concernente a este último é denominado de PIAPS – Plano de Prevenção da Violência Urbana.

Uma polícia interativa, em consonância com a comunidade, é sempre mais eficiente e, uma comunidade que sente ter futuro é sempre menos geradora de violência. Não existe repressão eficiente que não conte com a colaboração da sociedade, se possível de todos os seus

membros, pois cada um é responsável pela segurança do todo.

A ênfase do PIAPS, por todos os motivos expostos, se localiza na prevenção, no sentido de buscar interferir nas causas geradoras do fenômeno, e não apenas em suas conseqüências imediatas. Portanto, o grande desafio expresso é o da mudança na forma de pensar e agir dos governos e das organizações da sociedade. Aprender, cada

“Por sua reconhecida complexidade, somente uma ação que articule prevenção e repressão pode combater de forma efetiva a violência urbana”

um, a valorizar a atuação preventiva, por meio de ações sociais articuladas e locais contra a violência.

Neste sentido, o PIAPS considera a violência como conseqüência de um conjunto dinâmico de fatores de-



“Prevenir significa justamente agir sobre as causas da violência para impedir que ela se manifeste em prejuízo da maior parte dos membros da comunidade”

correntes do quadro de carência social, proveniente das péssimas condições de vida das populações das grandes periferias urbanas e da precariedade na oferta dos serviços públicos essenciais, sobretudo

aqueles prestados pelos setores de saúde, educação, saneamento básico, prevenção ao uso indevido de drogas, trabalho e renda, habitação, lazer, participação política e justiça - esta como garantidora do exercício ativo da cidadania. Não é a violência gerada, de maneira automática, pela pobreza, mas por uma junção de fatores, entre os quais se inclui o sentimento de injustiça que sentem os segmentos sociais excluídos, em uma sociedade de consumo, com ampla visibilidade, fornecida pelos meios de comunicação, fraca mobilidade e escasso controle social.

O PNSP, estruturado em quatro capítulos, relaciona 15 compromissos assumidos por meio da proposição de 124 ações, a serem executadas em parcerias firmadas entre o Poder Executivo (nas várias instâncias administrativas), Sistema de Justiça, o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada, além de organismos multilaterais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras. Entre estas ações, a de número 121, voltada exclusivamente para a integração, gerou o PIAPS – Plano de Prevenção da Violência Urbana. Trata-se de uma política de Estado, que abarca a complexidade do fenômeno e o clamor da sociedade.

Tal união de esforços potencializa soluções mais criativas e aumenta o grau de racionalidade no uso de re-

ursos, antes dispersos numa multiplicidade de projetos com propósitos assemelhados – espírito que rege o planejamento e as ações do PIAPS.

Ao considerar a violência como um fenômeno multifacetado e preveni-la, também, via integração de programas, este Plano inova no trato dessa questão e aproxima-se da possibilidade de efetivação de um pacto para implantação do sentimento de segurança e de defesa do cidadão. Em outras palavras, estimula o desenvolvimento de uma cultura de paz.

Reconhece-se, pela primeira vez no Brasil, a imensa complexidade da questão da segurança pública e procura-se enfrentá-la levando em consideração as suas diversas dimensões e a articulação dos diversos atores responsáveis, com ênfase na prevenção. Prevenir significa

justamente agir sobre as causas da violência para impedir que ela se manifeste em prejuízo da maior parte dos membros da comunidade. Significa tomar em consideração o ponto de vista da vítima.

Público-alvo e Áreas Prioritárias

As ações do PIAPS estão sendo implantadas em várias Metrópoles, levando em conta a composição dos Programas do Avança Brasil e os recursos disponíveis em cada Ministério que integra o Comitê de Acompanhamento e Integração de Programas Sociais, além daqueles recursos provenientes das parcerias, com destaque para aqueles oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

O público-alvo preferencial da prevenção é o de crianças e jovens situados na faixa entre 0 e 24 anos, com as suas respectivas famílias. Isto se justifica pelo fato de que os cuidados educacionais, na construção de uma cultura de paz, devem iniciar-se o mais cedo possível. É na infância que surgem os primeiros fatores comportamentais de definição de personalidade. Por outro lado, é na pré - adolescência, a partir dos 10 anos,

“O público-alvo preferencial da prevenção é o de crianças e jovens situados na faixa entre 0 e 24 anos”

que se inicia a fase de maior risco de marginalização e drogalização para jovens habitantes de periferia, particularmente os de sexo masculino. Estudos diversos¹ indicam

¹ Unesco - Mapa da violência 3 (maio 2002)

que é entre os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que se dá a maior incidência de violência, sejam como vítimas, sejam como agentes da própria violência.

Conforme estudo da UNESCO, divulgado em maio de 2002², o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo em assassinato de jovens entre 15 e 24 anos, especialmente os do sexo masculino. A mortalidade de homens jovens por causas violentas, nesta faixa etária, é um indicador poderoso que justifica plenamente a escolha deste público como prioritário.

A violência urbana se liga estreitamente à formação de periferias pobres das grandes cidades, ao tráfico de drogas e ao intenso processo migratório sofrido pelo país nas últimas décadas. As ocupações irregulares do espaço urbano criaram um ambiente onde se proliferou o tráfico de

drogas e a ociosidade juvenil. Populações inteiras foram desenraizadas de sua antiga forma de viver e passaram a conviver com o espaço urbano sem os recursos necessários para a manutenção de seus filhos. Este processo se

“A violência urbana está ligada à formação de periferias pobres dos grandes centros, ao tráfico de drogas e à ociosidade juvenil”

dá de forma mais intensa ainda nas regiões metropolitanas. Por isso mesmo, estas são as áreas prioritárias do PIAPS. Em 2001, foram priorizadas as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife. Em 2002 o PIAPS já foi implementado também, nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Cuiabá e no Distrito Federal e seu entorno.³

² Mapa da violência 3

³ Veja página 25

Participação como valor e instrumento de eficiência

O PIAPS tem quatro características básicas. É transdisciplinar, pois, compreende o fenômeno da violên-



cia urbana como constituído por múltiplas dimensões e detendo diversas causas. Dessa forma, os conhecimentos para o seu combate têm que vir de diversas disciplinas. É intersetorial, pois, articula necessariamente organismos de governo e da sociedade, com as suas ações respectivas.

Articula necessariamente organismos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e das três instâncias governamentais (federal, estaduais e municipais). É respeitador das diversidades locais do país, que são múlti-

plas, e que não podem ser esquecidas, sob risco de ineficiência. Por último, o PIAPS considera o princípio do trabalho

“Essa concepção permite que se obtenham resultados integrados. Ganha-se em sinergia e efetividade”

em rede, integrando organizações governamentais, das diversas instâncias e Poderes, e não-governamentais.

Essa concepção permite que se obtenham resultados integrados, e não apenas justapostos. Ganha-se em sinergia e efetividade, com resultados mais significativos para toda a sociedade.

Dessa caracterização decorre algo não menos importante, que é a criação de uma cultura de participação cidadã, pela compreensão contextualizada de direitos e de deveres, proporcionando condições favoráveis à criação de empreendimentos sociais, concebidos e geridos pela própria comunidade ou em parceria com outros atores sociais. Esta metodologia de trabalho incide de forma positiva no combate à violência, pois insere o cidadão diretamente nos trabalhos de prevenção, bem como a comunidade na conscientização das diversas dimensões que afetam o problema.

A prevenção da violência requer um sistema que integre múltiplos atores e que o seu gerenciamento ocorra em bases estritamente democráticas, caracterizando-se pela responsabilidade compartilhada, definição negociada de prioridades - inclusive de alocação de recursos -, descentralização da ação e monitoramento de resultados.

Metodologia

Para implantação do PIAPS foi elaborada uma metodologia própria, inspirada nos princípios anteriormente citados. Em essência, a metodologia consiste na identificação das zonas de maior incidência e produção de violência e criminalidade, definição com a comunidade de suas principais carências e necessidades, estabelecimento de projetos e estratégias

que respondam eficientemente a estas necessidades causadoras de violência, articulando os atores locais e as diversas instâncias governamentais. É preciso buscar sempre o apoio das potencialidades da própria comunidade selecionada.

“A metodologia consiste na identificação das áreas de maior incidência de violência e criminalidade e nas principais carências e necessidades da comunidade”

A metodologia desenvolvida para construir as ações de prevenção da violência está dividida em três fases que, embora expostas seqüencialmente, não devem obedecer a uma ordem rígida na sua implementação. Na verdade, elas se retroalimentam.

Estudo, Diagnóstico e Mobilização

É a fase da identificação das áreas críticas, identificação das carências e das potencialidades locais, mobilizando-se a própria comunidade, os diversos organismos governamentais e os programas federais e estaduais que dizem respeito à realidade local. Trata-se de uma fase de conhecimento, mobilização e intenso aprendizado de convivência democrática.

Será identificado o foco da ação a ser empreendida, procurando delimitar as áreas geográficas e os contingentes populacionais em situação mais crítica, assim como os atores mais ativos que podem ser mobilizados.

Tal análise será feita, inicialmente, por meio de

pesquisa em fontes secundárias, portanto documental, que possam fornecer indícios seguros acerca da prioridade de ação.

Com a análise documental parcialmente concluí-

“Nessa fase serão identificadas as lideranças potenciais, especialmente jovens que, ao serem envolvidas, em muito poderão contribuir para a introdução de mudanças significativas”

da, parte-se para o aprofundamento do diagnóstico por meio da pesquisa-ação, em que as pessoas da própria comunidade são diretamente envolvidas na análise das características, carências e potencialidades locais, identificando as causas primárias da violência. O diagnóstico será tanto mais rico e preciso quanto maior for o envolvimento dos atores locais na

sua realização: associações de vizinhança, igrejas, clubes, escolas, grupos de jovens, etc. É preciso considerar não apenas fatores objetivos, como índices de criminalidade, mas também os subjetivos, como o sentimento de insegurança.

Nessa fase serão identificadas as lideranças potenciais, especialmente jovens que, ao serem adequadamente envolvidas, sobretudo posteriormente no processo de capacitação, em muito poderão contribuir para a introdução de mudanças significati-

“É o momento de intensa aprendizagem, durante o qual deverão ocorrer os cursos de capacitação, direcionados principalmente às lideranças comunitárias”

vas e para a continuidade da ação, mesmo depois de cessada a intervenção imediata.

Serão ainda identificados os empreendimentos sociais existentes na localidade, tanto criados por iniciativa governamental, quanto pela iniciativa privada, por instituições do Terceiro Setor e, ainda, por trabalho voluntário.

Implantação propriamente dita

É a fase de ação concentrada. Ela se inicia pela definição de estratégias que enfrentem as causas centrais da violência anteriormente identificadas, sob o princípio da integração, pois apenas desta forma as políticas e medidas a serem adotadas terão eficiência na produção de resultados:

reduzir os números de vítimas da violência urbana.

As estratégias desdobram-se na definição e elaboração de projetos que serão executados, ainda sob a supervisão de quem coordena a ação: jovens, associações, organizações não-governamentais, órgãos municipais ou estaduais.

Os projetos deverão ser detalhados em plano de ação, no qual, as fontes de financi-



amento serão identificadas, as parcerias estabelecidas e negociadas e iniciada a

capacitação dos atores locais, sobretudo jovens e membros de associações e do governo municipal.

É o momento de intensa aprendizagem, durante o qual deverão ocorrer os cursos de capacitação, direcionados, principalmente, às lideranças comunitárias.

A organização da capacitação deve levar em conta não só as competências específicas, que precisam ser desenvolvidas para que os projetos possam ser implantados com sucesso, como também aquelas que possam transformar cada participante em multiplicador. Com isso visa-se a difusão de competências sociais específicas, valoradas positivamente, de forma a criar uma massa crítica composta por pessoas comprometidas com a mudança e instrumentalizadas o

suficiente para fazer acontecer o planejado.

É a fase, ainda, em que serão assinados convênios entre atores, nos projetos em que isto se fizer necessário.

Acompanhamento, avaliação e retificação de rumos

A realização dessa fase assinala o amadurecimento das comunidades submetidas ao processo de intervenção.

Neste ponto, a rede de articulação deverá estar operando em âmbito regional, de forma a transformar benefícios pontuais, obtidos por meio dos projetos, em ações consistentes, implantadas como serviços sociais permanentes, beneficiando a clientela prioritária do Plano: a criança, o jovem e suas famílias, por meio de um programa de ação continuada.

Parcerias

Embora o Plano se proponha a constituir uma rede de parcerias e intervenções com dimensões regionais, a base de sua investigação é a comunidade, as suas características, os seus modos de agir e pensar, as suas crenças e os seus medos, as suas necessidades essenciais e o seu sonho.

Assim, quanto mais preliminarmente forem estabelecidos os acordos quanto às formas de agir conjuntas, maiores e mais profundos serão os compromissos e as possibilidades de sucesso da ação em parceria.

Nesse aspecto, não podem ser ignoradas as prioridades e as características próprias de cada parceiro. Elas devem ser

“O Plano se propõe a constituir uma rede de parcerias. Sua base de investigação é a comunidade”

plenamente contempladas nos acordos, por meio de processo de negociação, desde que os interesses maiores que deram causa aos acordos não sejam comprometidos.



Monitoramento e Avaliação

É imprescindível que todo o processo de implementação deste Plano, seja não só monitorado de forma reativa, como também planejado estrategicamente e constantemente avaliado, de forma a imprimir o máximo de transparência aos resultados e garantir a maior eficácia e eficiência possíveis em sua aplicação.

A implantação do sistema de monitoramento e avaliação implica na realização de múltiplas atividades. De forma sintética pode-se destacar três:

1. Entendimentos iniciais, com os diversos participantes dos projetos, com a finalidade de ampliar a sua compreensão acerca da estrutura e do funcionamento do PIAPS, para que os mesmos possam participar do processo de monitoramento e avaliação;

2. Definição de uma metodologia para realizar o monitoramento da implantação do PIAPS, além da definição do sistema de gestão de informações;

3. Sistematização dos procedimentos, e sua disseminação, para avaliar os resultados alcançados, por meio de indicadores que permitam mensurar os impactos das me-

“É imprescindível imprimir o máximo de transparência aos resultados e garantir a maior eficácia e eficiência em sua aplicação”

das adotadas e, eventualmente, introduzir mudanças de rumo nas ações e projetos desfocados.

Espera-se, assim, que as ações tenham o maior impacto possível estreitando as condições favoráveis à violência e reduzindo as suas diversas manifestações.

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Criação: Ação 121 do Plano Nacional de Segurança Pública
“Estabelecer no Conselho de Governo um Comitê de Acompanhamento e Integração dos Programas Sociais, no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de integrar as políticas sociais do Governo Federal e desenvolver estratégias para incrementá-las, por intermédio de ações conjuntas.”

Presidente: Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais-Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - Palácio do Planalto – 4º andar – Sala 130, Praça dos Três Poderes. Brasília – DF. Tel: (61) 411-1374 ; Fax: (61) 411-1297

Membros

Representantes dos seguintes Ministérios e Órgãos do Governo Federal:

Ministério da Justiça;

Ministério da Defesa;

Ministério da Fazenda;

Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

Ministério da Educação;

Ministério da Cultura;

Ministério do Trabalho e Emprego;
Ministério da Previdência e Assistência Social;
Ministério da Saúde;
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
Ministério do Meio Ambiente;
Ministério do Esporte e Turismo;
Ministério do Desenvolvimento Agrário;
Ministério da Integração Nacional;
Ministério da Ciência e Tecnologia;
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
Casa Civil da Presidência da República;
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
Secretaria Geral da Presidência da República;
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano;
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo;
Secretaria Nacional Antidrogas;
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos;
Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
Ministério Público Federal;
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Regiões Metropolitanas atendidas atualmente pelo PIAPS

RM	CIDADES	Qtde.	POPULAÇÃO
Cuiabá	Cuiabá; Várzea Grande; Chapada dos Guimarães; Jangada; Santo Antônio de Leverger; Nossa Senhora do Livramento	06	944.033
Distrito Federal e Entorno	Abadiânia; Água Fria de Goiás; Águas Lindas de Goiás; Alexânia; Buritis; Cabeceiras de Goiás; Cabeceira Grande/MG; Cidade Ocidental; Cocalzinho de Goiás; Corumbá de Goiás; Cristalina; Distrito Federal; Formosa; Luziânia; Mimoso de Goiás; Novo Gama; Padre Bernardo; Pirenópolis; Santo Antônio do Descoberto; Unai; Valparaíso de Goiás; Vila Boa.	23	2.000.000
Fortaleza	Aquiraz; Caucaia; Chorozinho; Eusébio; Fortaleza; Guaiúba; Horizonte; Itaitinga; Maracanaú; Maranguape; Pacajús; Pacatuba; São Gonçalo do Amarante.	13	2.984.689
Recife	Abreu e Lima; Araçoiaba; Cabo de Santo Agostinho; Camaragibe; Igarassu; Ipojuca; Itamaracá; Itapissuma; Jaboatão dos Guararapes; Moreno; Olinda; Paulista; Recife; São Lourenço da Mata	14	3.331.552
Rio de Janeiro	Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí; Itaguaí; Japeri; Magé; Mangaratiba; Maricá; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; Rio de Janeiro; São Gonçalo; S. João de Meriti; Seropédica; Tanguá.	20	10.871.960

São Paulo	Arujá; Barueri; Biritiba-Mirim; Caieiras; Cajamar; Carapicuíba; Cotia; Diadema; Embu; Embu-Guaçu; Ferraz de Vasconcelos; Francisco Morato; Franco da Rocha; Guararema; Guarulhos; Itapeirica da Serra; Itapevi; Itaquaquecetuba; Jandira; Juquitiba; Mairiporã; Mauá; Moji das Cruzes; Osasco; Pirapora do Bom Jesus; Poá; Ribeirão Pires; Rio Grande da Serra; Salesópolis; Santa Isabel; Santana de Parnaíba; Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul; São Lourenço da Serra; São Paulo; Suzano; Taboão da Serra; Vargem Grande Paulista.	39	17.594.243
Vitória	Cariacica; Guarapari; Serra; Viana; Vila Velha; Vitória	06	1.424.737
Total		121	39.151.214

PROGRAMAS DO AVANÇA BRASIL PARCEIROS DO PIAPS

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS
ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA
ATENÇÃO À CRIANÇA
BRASIL JOGA LIMPO
BRASIL JOVEM
COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
COMUNIDADE ATIVA
DEFESA CIVIL
DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
ESPORTE NA ESCOLA
ESPORTE SOLIDÁRIO
FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
INFRA-ESTRUTURA URBANA
JOVEM EMPREENDEDOR
LIVRO ABERTO
MORAR MELHOR
MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO
MÚSICA E ARTES CÊNICAS
NACIONAL ANTIDROGAS
NOSSO BAIRRO
NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES – PRONAGER
PAZ NAS ESCOLAS

PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS
QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI
SANEAMENTO BÁSICO
SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO
SAÚDE DA FAMÍLIA
SAÚDE DA MULHER
SAÚDE DO JOVEM
SAÚDE MENTAL
SEGURANÇA DO CIDADÃO
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
TODA CRIANÇA NA ESCOLA
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Contatos com o PIAPS

Telefone: (61) 411-1374/2626

Cesar da Mota Cavalcanti
Gerente do PIAPS

Leopoldo Jorge Alves Júnior
Monitoramento e Avaliação

Eurídice Nóbrega e Silva Vidigal
Relações Institucionais

VISITE NOSSO SITE
<http://www.presidencia.gov.br/piaps>